



A dupla transformação¹

Diane Coyle²

As economias avançadas estão passando por transformações estruturais duplas que irão mudar todos os aspectos das nossas vidas, de como trabalhamos e fazemos negócios, até como regulamos os mercados.

A mais notável dessas transformações é a digitalização, tão onipresente nos últimos 25 anos que referir-se à “economia digital” hoje soa tão estranho quanto falar sobre a “economia da eletricidade”. Certamente, a mudança digital não está concluída. Por exemplo, relativamente poucas companhias usam atualmente tecnologias de ponta de Inteligência Artificial (IA). Mas bilhões de pessoas de todas as partes do mundo já usam ferramentas com IA, como chatbots e tradução online.

A outra transformação é a mudança para uma economia neutra em carbono, o que vai subverter os setores de energia, construção, transporte e manufatura, além de muitos outros. A queda nos preços das energias renováveis é um forte indicador de que essa transição está bem adiantada. Com a energia renovável agora significativamente mais barata do que a energia à base de combustíveis fósseis, a descarbonização deverá acelerar.

Para permitir a transição net-zero e estimular uma economia digital dinâmica e inclusiva, as autoridades de competição precisam reconhecer a escala da tarefa que enfrentam e se livrar de modos de pensar ultrapassados, o quanto antes melhor

Essas mudanças tecnológicas levantam muitas questões políticas, especialmente no que diz respeito à fiscalização antitruste. Por quatro décadas, a visão predominante entre os economistas foi a de que os papéis dos setores privado e público deveriam ser claramente definidos. O Estado, segundo essa visão, estabelece o modelo legal, constrói infraestrutura e financia pesquisas básicas, enquanto o setor privado inova e cria riqueza. Um princípio central dessa abordagem, manifestado na onda de

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/a-dupla-transformacao.ghtml>. Acesso em 13/12/2022.

² Professora de Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, é autora de “Cogs and Monsters: What Economics Is, and What It Should Be” (Princeton University Press, 2021).

privatizações da década de 80, foi a suposição de que o Estado deveria deixar para indivíduos, empresas e consumidores inovadores decidirem como o futuro deveria ser.

Mas o mundo mudou desde os anos 80. A guerra na Ucrânia e a ameaça de uma catástrofe climática levaram os governos ocidentais a abraçar políticas industriais pela primeira vez em décadas. Mesmo entre os economistas mais importantes há o reconhecimento crescente de que o Estado tem um papel crucial a desempenhar para garantir a transição para as emissões líquidas zero por meio de políticas que subsidiem, entre outras coisas, a produção de chips e baterias.

Menos atenção tem sido dada às implicações competitivas dessa transição. Uma série de relatórios divulgados por agências reguladoras nos últimos anos - como o relatório do governo do Reino Unido do qual fui um dos autores em um painel de especialistas presidido por Jason Furman - vem mostrando que os modelos atuais de fiscalização antitruste são mal equipados para lidar com os desafios representados pelos mercados digitais em que o vencedor leva tudo.

Novas leis regulando as plataformas digitais, como a Lei dos Mercados Digitais da União Europeia (UE), são um resultado direto dessa avaliação, assim como o ressurgimento do movimento antimonopólio nos Estados Unidos.

A transição para as emissões líquidas zero enfatizará as implicações radicais da política de concorrência da transformação digital, impossibilitando que as autoridades reguladoras continuem operando como nas últimas décadas. O compartilhamento de dados é um exemplo. A política de concorrência geralmente se opõe que empresas compartilhem informações umas com as outras - e por boas razões. Mas grandes rupturas forçarão as agências antitruste a se adaptar. Durante a pandemia, por exemplo, os supermercados tentaram suspender as leis de competição para garantir que os estoques limitados de bens essenciais continuassem disponíveis.

O compartilhamento de dados entre as empresas é essencial para reduzir o desperdício, aumentar a eficiência energética nas cadeias de suprimentos, possibilitar a adoção de veículos autônomos e a gestão eficiente dos transportes, e reduzir as barreiras de entrada nos mercados digitais. Nos próximos anos, caberá às autoridades de competição decidir quais informações as empresas poderão compartilhar, quais elas deverão compartilhar e como monitorar sua conformidade.

As autoridades reguladoras também precisam aprofundar sua compreensão de quais tecnologias devem ser amplamente compartilhadas para permitir a concorrência e acelerar a transição para uma economia neutra em carbono.

Alguns padrões tecnológicos do passado tornaram mais lenta a transição no mercado - a batalha entre o Betamax e o VHS pela supremacia do vídeo doméstico no começo dos anos 80 vem à mente. Em outros casos, as autoridades reguladoras estabeleceram padrões, abrindo caminho para uma escalada rápida e reduções enormes nos custos. A rápida disseminação do padrão móvel GSM na década de 90, por exemplo, tornou os telefones celulares mais acessíveis nos países de baixa renda.

O último modelo é mais adequado para a transição “net-zero”. Mas primeiro as autoridades reguladoras precisam deixar de lado a filosofia da Escola de Chicago, que tem sustentado as políticas de competição e oferta em todo o mundo desde a década de 80.

A abordagem de Chicago pressupõe uma ausência de mudanças estruturais radicais e que os mercados sejam dinâmicos, mas até certo ponto. Uma análise destinada a entender o impacto de, digamos, aumentos de 5% a 10% nos preços em mercados claramente definidos, é inútil quando os preços de algumas tecnologias caem e mercados totalmente novos surgem. É como confiar em mapas antigos de um terreno remodelado por terremotos e vulcões.

Em suma, as autoridades devem ser cuidadosas ao avaliar os benefícios estratégicos da competição tecnocrática e das políticas industriais. Para permitir a transição net-zero e estimular uma economia digital dinâmica e inclusiva, as autoridades de competição precisam reconhecer a escala da tarefa que enfrentam e se livrar de modos de pensar ultrapassados - quanto antes, melhor.

(Tradução de Mário Zamarian)